



NATUREZA E PROGRESSO: O PROJETO DE CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DO CARIRI NO JORNAL O ARARIPE (1855-1864).

DENISE DE MENEZES DANTAS*

Resumo

Na segunda metade do século XIX a natureza do Cariri cearense, região localizada no Sul do Ceará, esteve em pauta nos discursos políticos dos liberais cratenses que divulgavam suas ideias através do jornal *O Araripe*. Nesse periódico é recorrente encontrar matérias falando sobre a paisagem da região, ressaltando as suas peculiaridades naturais e idealizando esse espaço, particularmente nos momentos em que desejavam demonstrar a viabilidade de seus projetos, como a ideia de criação da Província do Cariri, cuja capital seria a cidade do Crato. A natureza apareceu como uma das principais justificativas nos discursos que defendiam esse projeto, sendo apresentada como a fonte de toda riqueza da região, responsável pela prosperidade e crescimento da nova província. Desse modo, com base nas discussões da História Ambiental e a partir de pesquisas realizadas no jornal *O Araripe*, Revistas do Instituto do Ceará e os Anais do Senado do Império, este trabalho tem por objetivo analisar a ideia de natureza e progresso nos discursos que defendiam a criação da Província do Cariri, refletindo acerca das ideias sobre a natureza, as intenções desse discurso e as conotações atribuídas ao espaço, pontuando como ele é percebido e representado.

Palavras-chave: Natureza; Progresso; Espaço; Província do Cariri.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX, a região do Cariri cearense, a seu modo, vivenciou a grande efervescência de ideias advindas da Europa, movimentos revolucionários que eclodiram na época, assim como os embates entre partidos políticos e sua vinculação com a imprensa. Além disso, durante todo o século, foi constante na região o desejo de autonomia política através da criação de uma nova província, que teria como capital a cidade do Crato. A nova província se chamaria “Cariris Novos” e englobaria além de territórios do Ceará, localidades pertencentes às Províncias de Pernambuco, Paraíba e Piauí.

Diversas solicitações foram realizadas pedindo a criação da Província do Cariri, uma das principais, que teve maior repercussão, foi feita por José Martiniano de Alencar¹, na época senador do Império. Muitos anos depois, o desejo que parecia adormecido, veio à tona

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista CNPq.

¹ O caririense, José Martiniano de Alencar, formou-se em teologia no seminário de Olinda, ordenando-se padre. Seu nome estava entre aqueles que participaram dos movimentos revolucionários de 1817 e de 1824 iniciados em Pernambuco. Ocupou o posto de senador em 1832, participando dos debates em torno da construção do Estado Nacional. Ele esteve ainda como presidente da Província do Ceará no ano de 1834. Alencar pertencia ao Partido Liberal e esteve na direção do partido dessa província até o ano de sua morte, em 1860.

novamente com a fundação do jornal *O Araripe*,² periódico editado pelos membros do Partido Liberal do Crato e pelas elites locais, que circulou na região entre os anos de 1855 e 1864. Segundo os seus produtores, o jornal tinha como intuito defender os interesses locais, de forma justa e representava um meio de introduzir na população novos hábitos e costumes tornando o Cariri e, particularmente, a cidade do Crato, símbolo da civilização (O ARARIPE, 1855: p.1).

Desde o seu primeiro número, o jornal passou a publicar inúmeras matérias que defendiam e tentavam apresentar a viabilidade para a concretização desse projeto político, o principal dentre os diversos projetos que os liberais defenderam. Dentre as justificativas apresentadas em defesa da província, destacava-se bastante as peculiaridades naturais da região, apresentando-a como possuidora de solos férteis, clima aprazível e abundante em água, fatores que garantiriam a produção de muitas riquezas.

A natureza estava em pauta no discurso político dos liberais cratenses em torno do projeto de criação da Província do Cariri, sendo ela atrelada à ideia de progresso. Desse modo, este artigo propõe uma análise acerca dos valores atribuídos à natureza da região nos discursos formulados pelos liberais cratenses em defesa da criação da Província do Cariri, que apesar de todos os esforços não se concretizou, refletindo sobre a forma como as peculiaridades naturais foram apresentadas para demonstrar a viabilidade da concretização de tal projeto, evidenciando ainda que as ideias projetadas na natureza estão repletas de interesses, neste caso, interesses políticos e econômicos, que nortearam todas as descrições realizadas da paisagem natural do Cariri.

O PROJETO DE AUTONOMIA POLÍTICA DO CARIRI CEARENSE COM A CRIAÇÃO DA NOVA PROVÍNCIA.

Durante a segunda metade do século XIX, os liberais cratenses através da imprensa divulgaram suas ideologias e projetos na sociedade caririense, sempre reivindicando melhorias para a região com o interesse de que a mesma se tornasse um local de

² Algumas obras que tratam sobre a história do Cariri fazem referência às solicitações realizadas advogando pela criação da província, trazendo assim um mapeamento das mesmas, tais como a obra *Efemérides do Cariri* de Irineu Pinheiro e *Cidade do Crato*, produção de José de Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro.

desenvolvimento e prosperidade econômica. Dentre os seus projetos, estava o desejo de autonomia política da região do Cariri com a criação de uma Província no Sul do Ceará, na qual os liberais se empenharam em defender e apresentar as justificativas possíveis que demonstrassem a viabilidade de tal realização. A natureza da região constituiu um importante argumento utilizado nos discursos em defesa da província, o que resultou na descrição desse espaço como um local diferente do seu entorno, de riquezas e abundância, por conta de seus recursos naturais.

As peculiaridades naturais da região do Cariri cearense foram relacionadas à presença da Chapada do Araripe, que compreende os Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. Durante o período chuvoso, uma grande quantidade de água é absorvida no sopé da Serra, o que ocasiona a formação de inúmeras fontes de água nos territórios mais próximos a Chapada, garantindo a região aspectos naturais não encontrados nos sertões circunvizinhos. Ao falar sobre a paisagem do Cariri, Joaquim Alves evidenciou que,

Quem rompe os sertões distantes da Baía, Alagôas e Pernambuco, onde predominam as formações xerófilas, com sua vegetação de espinho, em galgando a chapada do Araripe, pela encosta setentrional, ao atingir o alto da serra, sente logo a mudança da paisagem geográfica, e mais deslumbrado fica, ao avistar do lado cearense, a natureza ressurgida na exuberância da flora e no verde dos canaviais que pontilham a terra com o verde gaio da folhagem. A vista do viandante descansa, em contemplando a natureza virente de todo o Vale do Cariri. É um oásis em meio das terras adustas dos sertões nordestinos (ALVES, 1945: p. 95).

Desse modo, a paisagem do Vale do Cariri e seus recursos naturais foram pontuados como fatores que conferem a região características não encontradas no seu entorno, elemento que contribuiu para a denominação do Cariri de “oásis” em meio ao sertão e para atrair grande número de pessoas que migraram para essas terras em busca de melhores condições de vida. Nesses termos, foi baseado nas condições naturais do Cariri, que discursos enaltecidos foram construídos, idealizando a natureza da região com o intuito de apresentá-la como diferente, privilegiada, tanto para obtenção de recursos, como no intuito de concretizar determinados projetos políticos traçados para a região, como a ideia de criação da Província do Cariri.

Através das potencialidades que se enxergava nessa região, situada tão distante das autoridades do governo provincial, foi que acreditou-se na viabilidade de construção de uma Província no Sul do Ceará abrangendo os sertões circunvizinhos, cuja capital seria o Crato, um dos primeiros povoamentos a se formarem na região do Cariri, tornando-se vila no ano de

1764, cabeça de comarca em 1818 e foi elevada a categoria de cidade por intermédio da lei nº 628, sancionada pelo então presidente da Província Joaquim Vilela de Castro Tavares, em 1853. Era o Crato, cronologicamente, a quinta cidade do Ceará (FIGUEIREDO FILHO e PINHEIRO, 2010: p. 9).

Na década de 1850, no contexto³ de estruturação da nova cidade, foi fundado o jornal *O Araripe*, editado por João Brígido dos Santos⁴, para servir como porta voz das ideologias liberais no Cariri. Esse periódico circulou na região e circunvizinhanças durante os anos de 1855 e 1864. Seus produtores, membros do Partido Liberal e elites locais, consideravam-no como símbolo de “adiantamento intelectual” e viam nele um mecanismo pelo qual poderiam introduzir novos hábitos e costumes na sociedade, dissipando a “barbárie” (O ARARIPE, 1855: p.1). Partindo do ideal de civilização, algo presente durante o século XIX, os liberais acreditavam poder “civilizar” a região através da imprensa, tornando-a semelhante aos pontos mais adiantados do Império. No entanto, além dessa ideia que seus produtores faziam questão de externar, o jornal é aqui entendido como um mecanismo para divulgação de projetos e ideologias partidárias, defendendo os interesses de um grupo que utilizavam da imprensa para lutar pelo poder e pela obtenção de representatividade política.

Os projetos defendidos⁵ pelos liberais cratenses e elites locais visavam sempre o progresso e crescimento regional. Acredito que, todos eles, dão indícios da sociedade que almejavam construir pautada nos seus interesses e no que julgavam ser importante. Dentre os inúmeros projetos divulgados pelo jornal *O Araripe*, que apoiaram os liberais cratenses, o principal deles foi a já mencionada criação da Província do Cariri, defendida nos editoriais desde o seu primeiro número.

³ Vale ressaltar que a fundação desse periódico está relacionada a uma conjuntura social e política que vivia o país, marcada pela existência dos dois grandes partidos políticos, Liberais e Conservadores, que se estruturaram na década de 1840 e dominaram a cena política durante o Império. Como pontuou José Murilo de Carvalho, foi no século XIX que a imprensa esteve mais livre e com frequência ligada a partidos ou a políticos (CARVALHO, 2014, p.54). Desse modo, nos diversos pontos do território, tipografias eram fundadas constituindo um veículo para divulgação de ideias e projetos dos partidos políticos.

⁴ Antes de ser redator do periódico cratense, João Brígido publicou em diversos jornais na capital da Província cearense, Fortaleza. Dentre as muitas funções ocupadas por ele, além de jornalista, foi político, professor e autor de diversas obras sobre a história do Ceará e do Cariri.

⁵ Eles reivindicavam a construção de escolas, da cadeia pública, melhores estradas que facilitassem a comunicação e, conseqüentemente, que contribuíssem com o desenvolvimento das atividades comerciais. Além disso, discutiam questões sociais, econômicas e, especialmente, questões políticas que diziam respeito não só a sociedade caririense. Muitas de suas publicações estavam aliadas também ao debate provincial e nacional. As críticas e ofensas às autoridades da região e da província também eram constantes.

Quando o jornal foi fundado, sua primeira edição, em 05 de julho de 1855, já advogava em prol da Província do Cariri. A matéria falava sobre o extenso território e mencionava a situação de algumas províncias sugerindo que um equilíbrio deveria existir entre elas, de modo que lhes assegurasse igual preponderância. Eles indagaram que

Não traria mais vida e acção a essas populações numerosas, que habitão os municípios de Jacobina, Pambù e outros da Bahía; da comarca da Boa Vista, de Flores etc de Pernambuco; dos municípios de Sousa e Pianco da Parahiba; das comarcas de Crato e Inhamuns do Ceará; do termo de Jaicóz do Piauí, que se diminuíssem os territórios de suas respectivas províncias em proveito de sua incorporação, isto é, que se lhes desse uma administração especial, que curasse os seus interesses peculiares, que mais perto collocada, vèllesse sobre a segurança publica, conhecesse suas necessidades, e por tanto meios ao seu alcance promovesse seu adiantamento industrial e sua educação moral? São duas questões, que cumpre examinar: nós nos occuparemos com preferencia da segunda e suas relações com a primeira. Quem conhecer as distancias de cada um destes municípios a suas longínquas sedes de governo a pèlles, que tiverem noções exactas de taes lugares e conhecer a população que os habita, e seu estado de accephdia; aqueles, que tiverem estudado suas precisões, e seus recursos comprehendem bem, que encremento poderão ter, logo que o braço sempre forte do Governo se estender em seu auxílio (O ARARIPE, 1855: p.1).

Segundo afirmavam os editoriais, essas localidades, pertencentes às províncias vizinhas, assim como as localizadas na região do Cariri, estavam todas distantes da administração do Governo Provincial, não tendo assim uma assistência mais efetiva por parte deste, o que resultava no retardamento desses locais. Esse era um dos principais argumentos, a inexistência de uma administração mais próxima, que fornecesse toda assistência necessária, pois, conforme afirmavam, a ação do governo nesses pontos era “frouxa” e ele nada via com seus próprios olhos. No entanto, os liberais não aventaram ideias novas.

O projeto de criação da Província do Cariri era um desejo que a elite da região já partilhava e tinha os liberais cratenses como continuadores. Remetendo-se as ideologias liberais defendidas nesse órgão, Jucieldo Alexandre destacou que os responsáveis pelo jornal acreditavam estar dando continuidade a um projeto iniciado pelos heróis do passado (ALEXANDRE, 2010: p. 74), tendo em vista a adesão de membros da elite desta cidade aos movimentos revolucionários que eclodiram em Pernambuco. O mesmo pode ser colocado em relação ao projeto de autonomia política, que teve início antes mesmo da fundação do referido jornal.

Conforme mapeamento realizado nas obras que dedicaram-se a contar a história do Cariri, os vereadores do Crato em 1828, “dirigiram ao Governo uma representação, advogando a criação da Província do Cariri Novo, cuja capital seria o Crato” (FIGUEIREDO

FILHO e PINHEIRO, 2010: p. 28). Depois de muitos anos, a ideia veio à tona novamente, tendo a Câmara de São Mateus, hoje Jucás, pedido em março de 1839 ao “Corpo Legislativo do Brasil”, pela criação da província, no qual seria anexada a comarca de Icó, do Ceará, e de Cabrobó em Pernambuco. Na obra, *Efemérides do Cariri*, de Irineu Pinheiro, consta o ofício enviado por esta câmara. Nele os vereadores defendiam que, tal criação, “fará a grandeza deste lugares como a sua segurança e sossêgo, fazendo desaparecer a falta de civilização e dureza de costumes que tantas cenas sanguinolentas tem motivado neste centro [...]” (PINHEIRO, 2010: p. 124).

No mesmo ano, em agosto de 1839, o senador José Martiniano de Alencar apresentou um projeto de criação de Província do Cariri no Senado. Considero esta solicitação uma das principais realizadas e que teve maior visibilidade, isso por conta da projeção política de Alencar e também pela repercussão da mesma nos editoriais do jornal *O Araripe* nos anos seguintes. O projeto apresentado no Senado previa que a nova província seria composta das seguintes cidades:

Art. 1º Fica creada uma nova Provincia, que se denominará – Provincia do Cariri Novo – cuja capital será a villa do Crato.

Art. 2º Esta Provincia se comporá:

§ 1º Dos municipios do Riacho do Sangue, Icó, Inhaumum, S. Matheus, Lavras, Jardim e Crato, da Provincia do Ceará.

§ 2º Dos municipios Rio do Peixe, e Pinhaco, da Provincia da Parahyba.

§ 3º Do municipio do Dajau de Flôres e dos comprehendidos no antigo Julgado do Cabrobó, da Provincia de Pernambuco.

§ 4º Do municipio de Piranhos, da Provincia do Piauhy. (ANAIS DO IMPÉRIO, 1839: p. 204).

A Província do Cariri Novo seria formada por territórios das províncias do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí, ocupando uma grande extensão territorial. Assim como constava em outros projetos, Alencar justificou no Senado que “a primeira conveniência deste projecto é ser um meio de se levar a civilização a estes lugares já bastante populosos” (ANAIS DO IMPÉRIO, 1839: p. 205). Apresentado o projeto, o mesmo foi enviado para a comissão de estatística para averiguar sua pertinência que acabou por julgar útil tal proposta.

A Assembleia Provincial do Ceará, também convencida da necessidade de tal realização, em 1846 apresentou-se como favorável a criação da Província do Cariri. A solicitação foi realizada ainda pela Câmara de Barbalha, em 1854 e no ano seguinte, em 1855 começou a ser defendida constantemente pelos liberais cratenses por intermédio das

publicações no jornal *O Araripe*, que reuniram diversas justificativas para demonstrar a viabilidade de concretização desse projeto.

O Araripe nos apresenta uma junção de todos os argumentos antes realizados pelas comissões que defenderam a criação da Província do Cariri, acrescentando a isso, dados estatísticos do Cariri naquele momento, como as potencialidades naturais da região, seu crescimento populacional e econômico, as mudanças ocorridas na cidade do Crato, com o intuito de serem mais convincentes e demonstrar que os tempos eram propícios para a concretização desse projeto político. Desse modo, as argumentações em torno da ausência do Governo, da necessidade de uma administração mais próxima, que dissipasse a barbárie e a violência, tornando-a símbolo da civilização, continuaram a ser ressaltadas nos editoriais do jornal. Assim como a natureza, que apareceu em algumas das petições é um dos pontos chave na argumentação dos liberais, que demonstraram a necessidade de encaminhar, com a criação da Província, estes territórios na direção do desenvolvimento e progresso, algo que ocorreria a partir das riquezas naturais e abundantes recursos que possuía o Cariri cearense. Dentre as inúmeras justificativas, a natureza da região apareceu como uma poderosa ferramenta na argumentação em defesa da Província do Cariri Novo.

NATUREZA E PROGRESSO NO JORNAL O ARARIPE.

As peculiaridades naturais do Cariri foram apontadas como o principal fator de diferenciação entre a região e os sertões circunvizinhos, construindo a ideia de um Cariri oásis, um local de abrigo, celeiro de salvação, embora nem toda região fosse beneficiada pelos recursos naturais, assim como nem todos os habitantes do Cariri desfrutavam desse “oásis”, como demonstrou Darlan Reis Junior (2014). No entanto, a paisagem do Cariri foi bastante idealizada no discurso da elite regional, apontando que a “natureza verdejante” despertava atenção daqueles que se deparavam com este espaço.

O contraste percebido entre a região e as localidades a sua volta foi algo que chamou atenção do viajante escocês George Gardner que esteve na região em 1838. Na chegada ao Crato, esse viajante registou aspectos sobre a paisagem da região e pontuou que “a tarde era das mais belas que me lembra ter visto, com o sol a sumir-se em grande esplendor por trás da Serra do Araripe”, destacando que era impossível descrever o deleite que sentiu ao adentrar

naquele distrito “rico e risonho” depois de ter andado por regiões que durante aquela estação “era pouco melhor que um deserto” (GARDNER, 1875: p. 92).

Ao falar suas impressões ele acabou pontuando a diferença existente, no que diz respeito à natureza, entre aquele local e outros territórios por onde havia passado. Na historiografia tradicional, jornais e revistas publicadas na região, as características naturais foram os principais elementos pelo qual se procurou apontar o Cariri como possuidor de uma “diferenciação acentuada” em relação à outras regiões cearenses. Ressalta-se que, diante das condições naturais, o Cariri não poderia ser considerado sertão, por isso “o filho do Cariri apesar de bem interiorano sentir que sua região é inteiramente fora do sertão propriamente dito” (FIGUEIREDO FILHO, 2010: p. 10).

Esse discurso enaltecendor, idealizando a natureza da região, tem no século XIX uma íntima ligação com os projetos políticos, com a busca de crescimento econômico, de desenvolvimento regional e progresso, como é possível identificar nos discursos dos editoriais do jornal *O Araripe* em defesa da criação da Província do Cariri. Além das justificativas já apresentadas, que ressaltavam a necessidade da província por conta da falta de uma administração governamental mais efetiva, dada a distância que a região se encontrava da capital, fator que, segundo alegavam os produtores do jornal, trazia para a região a presença de crimes, dificuldade com relação ao desenvolvimento, dentre outros problemas, existia ainda as justificativas baseadas nos aspectos naturais da região.

Na segunda edição do jornal, dando continuidade a matéria do número antecedente, que argumentava em torno da criação da Província, o foco recaiu sobre a natureza da região. Ao definir o Cariri, seus produtores chamaram atenção para,

Sua topographica posição, sua espantosa fertilidade, e mais que tudo essas agoas nativas e perenes, que a providencia creou para abrigo dos certões por ocasião das secas, dao-lles uma emportancia e influencia sempre crescente sobre os descriptos centrais das províncias confinantes com esta parte do Ceará e sobre os da Bahia à margem do São Francisco. De feito é um oásis no meio do grande deserto [...] Aqui uma constante verdura, uma perpetua faz rir o coração ao emigrante, que foge aos abrasados lares [...]. O Cariri foi sempre o celeiro de seos visinhos; a única salvação dos certões, cuja numerosa população conta com suas substancias alimentares nas condições alimentícias nas condições mais desesperadoras (O ARARIPE, 1855, p.2).

Além de pontuarem sobre a “espantosa fertilidade”, para a existência de “águas perenes”, a matéria apresentou o Cariri como sendo um ponto importante e de abrigo para as regiões que o cercam pelo fato de resistir aos problemas ocasionados pela seca, devido às

condições naturais que desfruta, o que leva o imigrante buscar nesse espaço melhores condições como forma de sobreviver às calamidades durante as fortes estiagens. Essa ideia de abrigo, de oásis, dotando a região e, particularmente, a cidade do Crato de tantas especificidades, além de destacar que sua localização era acessível a outras povoações, tem como objetivo apresentar a viabilidade de tal projeto e que teria o Crato condições propícias para ser capital, até mesmo porque tratava-se da primeira cidade da região, descrita como a localidade mais desenvolvida na época. No entanto, essa escolha passava por questões políticas, ela é reflexo de disputas existentes na região.

Não só o jornal *O Araripe*, mas em solicitações anteriores realizadas, defendendo a criação da província, os aspectos naturais da região estiveram entre as justificativas apresentadas. A Assembleia Provincial do Ceará, por exemplo, destacou que parecia ter sido o Cariri criado pela “providencia” para fornecer víveres e cereais aos habitantes do território, colocando ainda que a atividade agrícola é algo que se desenvolve em todas as estações do ano, sendo a “doçura do seo clima, a facilidade com que nella produzem todos os generos de plantas mesmo exóticas” o argumento para o crescimento populacional ocasionado pela grande chegada de pessoas a região “que se vêm perseguidos da fome e da miséria” (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1892: p. 224).

Portanto, diante de tais condições, os produtores do Araripe afirmaram que,

Era desses milhões de animaes, que criaõ suas vastas campinas; era dessas innumeras e variadas produções de uma região sobremodo fértil, que compartilha todos os climas, e vê brotar o fruto de todas as zonas; era finalmente de um comércio todo de exportação em favor do paíz, e susceptível de um desenvolvimento e animação sem limites, que esta província tiraria meios de manter-se, e, o que mais é ellevar-se a altura das mais adiantadas do império [...] (O ARARIPE, 1855: p.1).

A natureza do Cariri é então, segundo esse discurso, a solução de todos os problemas, pois ela levaria a região ao progresso tão desejado considerando sua fertilidade, abundância em água, fatores que indicavam a existência de um futuro bem próspero para essa região, que consequentemente traria mais visibilidade e representatividade política, algo que tanto buscavam os liberais cratenses. Como é possível notar, os aspectos naturais são apresentados com o intuito de convencer as autoridades, que tinham o poder de julgar se era necessária ou não a criação da província, sobre as potencialidades naturais do Cariri, de onde se retiraria toda riqueza para prosperidade dos sertões.

É evidente que tal discurso não é neutro. Ele foi apresentado em um jornal de cunho político, em matérias que visavam defender seus projetos e, desse modo, está repleto de intenções, tanto de cunho político, como também econômico. A diferenciação que a região apresenta com relação ao seu entorno é algo notável, no entanto, quando essa paisagem foi lida e transformada em discurso ela ganhou outras conotações, ela passou a ser dotada de uma exuberância, de potencialidades, chegando a parecer até mesmo algo incomum, um “oásis” em meio ao sertão.

Nesse sentido, as reflexões propostas pela História Ambiental, que analisa a relação homem e natureza e, dentre as diversas abordagens que esse campo possibilita, reflete sobre os valores humanos a ela atribuídos (DRUMOND, 1991: p. 190), ajudam a entender e analisar as ideias projetadas na natureza (WILLIAMS, 2011: p. 109), assim como a relação que o homem estabeleceu com o meio natural, relação marcada por diversas transformações e intenções, que foram alterando-se ao longo dos tempos e assumindo conotações diversas, algo que reflete sobre a forma como o homem enxergava esse meio natural que, com frequência, foi visto como algo separado dele mesmo, como se homem e natureza fossem dois elementos opostos, sem a existência de ligação entre eles.

Um dos elementos que contribuiu para essa oposição entre o ser humano e o meio natural foi o entendimento de que a natureza era algo criado por Deus, pela divindade. Inclusive, este é um fator que chama bastante atenção nos discursos do jornal *O Araripe*, nos quais o Cariri, com recursos tão peculiares, teria sido criado pela “providência” divina para servir de abrigo, de salvação. Então, toda essa natureza é percebida como obra de Deus, sendo ela impossível de dominar, de entender, algo externo ao ser humano.

Ao observar a natureza, o homem a percebe como algo separado dele. Ela seria, como destacou Raymond Williams, “tudo o que não é humano, tudo o que não fora tocado ou estragado pelo homem: a natureza como os locais solitários, como o selvagem” (WILLIAMS, 2011: 103). É partindo dessa percepção que, na Inglaterra por volta do século XVII, conforme apresentou Keith Thomas, o homem não enxergava com bons olhos as florestas e matas, que eram percebidas como um ambiente selvagem e hostil (THOMAS, 1933: p. 230). Desse modo, eles trataram de destruí-las nas proximidades de sua habitação para se protegerem dos perigos que nela existia, tendo em vista que na sua concepção elas eram locais de barbárie,

sinônimo de rusticidade e perigo, por isso representavam um obstáculo para a civilização (THOMAS, 1933: p. 232).

Esse era o sentimento com relação às matas não cultivadas, percebidas como um impedimento ao progresso humano. Com relação ao cultivo de árvores, essa ação tinha uma finalidade exclusivamente econômica, de modo que havia a necessidade da utilização de madeira para construções (THOMAS, 1933, p. 236) e outros fins, como a atividade de caça, que tornou indispensável à preservação das matas. As florestas deixaram assim de serem vistas como selvagem e hostil ao passarem por um processo de domesticação, no qual adquiriram grande importância na vida econômica do campo.

Thomas demonstrou como as relações entre homem e natureza se modificaram ao longo dos anos, assim como as formas de conceituar o meio natural, que foi assumindo diferentes conotações. Como destacou José Augusto Pádua, “na medida em que as sociedades humanas se territorializaram, emergiram incontáveis exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural” (PÁDUA, 2010: p. 3). Desse modo, essas diferentes formas de entender a natureza e se relacionar com ela foram sendo construídas a partir da interação do homem com os espaços a sua volta.

Nesses termos, quando tendemos a estabelecer uma separação entre o meio natural e o ser humano, deixamos de considerar que, conforme demonstrou Raymond Williams, há na ideia de natureza uma “quantidade extraordinária de história humana” (WILLIAMS, 2011: p. 89). Analisar essas relações exige compreender ainda que, como demonstrado, a natureza possui uma historicidade, ela vai sendo construída ao longo dos tempos pelo olhar humano e também por sua ação. De acordo com Pádua, “a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo” foi uma das principais mudanças epistemológicas que se consolidou no século XX em torno das reflexões sobre o mundo natural e seu lugar na vida humana (PÁDUA, 2010: p. 3).

Com o propósito de analisar os valores e ideias humanas atribuídas a natureza, é fundamental compreender esse processo de relação entre o homem e o meio natural, assim como os interesses diversos presentes nessa relação. Tais reflexões ajudam a entender o sentimento expressado nos discursos do jornal com relação à natureza do Cariri cearense que, conforme mencionado, adquire novas conotações nas definições realizadas, isso porque os produtores do jornal estavam construindo e reconstruindo essa natureza.

Durval Muniz (2008) apresentou que a paisagem é lida, descrita e ordenada a partir do olhar de quem a observa. Ou seja, os sentimentos, as intenções, imbuídos no olhar daquele observador é que dará o direcionamento e a forma as ideias, ao discurso, por ele produzido. É o que nos apresentou Raymond Williams ao afirmar que “projetamos em uma natureza verde e calma muitos de nossos sentimentos mais profundos, nosso sentimento de crescimento, de perspectiva e de beleza” (WILLIAMS, 2011: p. 109).

As descrições realizadas em torno da natureza do Cariri cearense refletem o olhar observador de quem a descreveu, refletem os sentimentos, as perspectivas dos produtores do jornal que atribuíram significados particulares a natureza, buscando promover o desenvolvimento da região e, nesse processo, ela foi enxergada como um mecanismo importante para isso. Eles desejavam concretizar os planos traçados para a região, demonstrar a viabilidade dos seus projetos, como é o exemplo da criação da Província do Cariri, e nesse intuito, idealizaram a natureza apresentando-a como a maior riqueza que possuía a região, riqueza essa não encontrada no seu entorno, conferindo ao Cariri um caráter de exclusividade. Conforme argumentou Darlan Reis Junior, essa ideia de uma região privilegiada, de um “oásis”, foi construída pela classe senhorial, servindo a essa classe como um “artifício” em diversas situações. Ele explica que essa “construção ideológica foi aperfeiçoada no decorrer do tempo, chegando ao século XX como se fosse um dado concreto, inclusive formador da identidade regional” (REIS JUNIOR, 2014: p. 52).

Desse modo, nota-se que tal discurso estava repleto de interesses. A natureza é apresentada como a fonte que promoveria todo o sustento e crescimento da nova província. Ao defenderem tal projeto, os produtores do jornal procuravam demonstrar que sendo a região dotada de tantas peculiaridades naturais, a Província do Cariri teria as condições necessárias para alcançar o tão desejado progresso por intermédio da agricultura, utilizando-se de todos os recursos possíveis oferecidos pela natureza. Foi nessa perspectiva que várias matérias enfatizaram a importância do trabalho agrícola nessas terras, procurando demonstrar que em seus solos, graças à fertilidade e abundância em água “tudo se produz”. Portanto, defendiam que o principal ramo da indústria era a agricultura.

A agricultura srs.; he, como esta câmara não pode ignorar, o ramo de indústria exclusivo deste Município, e por certo aquelle que merece mais proteção pela grande utilidade que presta não sò aos habitantes, como assim aos dos Municipios limítrophes, e dos que lhe ficaõ mais distantes. A fertilidade; e liberdade de seos terrenos daõ lugar a que seos habitantes entreguem-se exclusivamente a

agricultura, e só por esta rasaõ, e pela grande vantagem, que se acaba de assignalar, este ramo de indústriá está no caso de merecer a preferencia no emprego dos de mais adequados para sua prosperidade, e progresso (O ARARIPE, 1855, p.1).

Desde o processo de colonização e povoamento do Cariri, a atividade agrícola teve bastante importância no desenvolvimento econômico da região, no qual a produção era voltada não só para abastecimento local, mas também atendia as demandas do comércio, exportando seus principais produtos, como a rapadura, para as cidades do Ceará e também das Províncias vizinhas. Como destacado no trecho acima, a agricultura deveria ser a atividade exclusiva no Crato, aquela que merecia a verdadeira atenção e investimento de todas as autoridades, pois seria ela responsável pela prosperidade e progresso do município.

Tal matéria trata-se de uma “publicação a pedido”, endereçada à Câmara Municipal do Crato pelo Padre Joaquim Ferreira Lima Verde. Ao pedir atenção exclusiva para a atividade agrícola, o interesse era fazer uma crítica à criação de gado que também acontecia na região e que, segundo tal discurso, era uma “indústria inferior” e “sem utilidade”. Essas críticas não demonstram apenas uma disputa referente à questões locais, considerando que a ênfase dada as atividades agrícolas reflete uma associação muito forte entre agricultura e progresso durante o século XIX no Brasil.

Os produtores do jornal se dedicaram a incentivar a uso da terra e a extração de todos os benefícios que ela poderia oferecer, com o interesse de promover o desenvolvimento econômico e o progresso regional. Dentre os vários discursos proferidos que chamavam atenção para as riquezas que a natureza oferecia e aqueles que incentivavam a produção econômica, destaco as matérias voltadas para o cultivo de algodão. Seria possível produzir algodão no “Cariri agrícola”? Eis uma questão amplamente debatida nos editoriais do jornal *O Araripe*.

[...] é indubitável que na chapada do Araripe sua cultura será tão fácil, como rendosa, e que ali com nenhum trabalho se poderão fazer colhetas abundantes, e tanto maiores quanto for desejado do lavrador. [...] O Araripe o mais bello terreno, o clima mais benigno da província!... alli onde a produção endigena é tão variada, o terreno o mais apto para a cultura, a temperatura mais approximada da dos países agrícolas do sul do império. [...] Alli se acalmará o algodoeiro, como vejeta robusto o algodoeiro bravo, e é nesse mesmo local que este existe, que aquele existirá também, quando a mao do homem emprehendedor e útil o for semear (O ARAIPE, 1855: p. 1).

O terreno do Araripe, diante das condições naturais que apresentava, não poderia ficar desaproveitado, tendo ele que ser utilizado a serviço do empreendimento na região. Na

matéria, os produtores falaram sobre a produção de cana no Cariri, apresentando-a como o único ramo cultivado na região, destacando que nas condições atuais do mercado, o consumo de algodão era maior, assim como os lucros eram superiores, devendo o filho do Cariri se interessar por essa constatação. Como apresentado no trecho, não restava dúvida que grandes produções poderiam ser realizadas na região que possuía um “terreno belo e um clima benigno”.

Além de incentivar essa produção, foi constante a tentativa de apresentar que o algodão podia trazer mais lucros do que a cana de açúcar, geralmente descrita como uma cultura antiga, que devia ceder espaço para que novos empreendimentos fossem realizados. Desse modo, tudo parece girar em torno do trabalho agrícola, seria ele o responsável por alavancar a economia regional, além de ser apresentado como as vias que fariam da Província do Cariri um espaço de desenvolvimento e progresso.

Essas foram algumas das estratégias apresentadas pelos liberais com relação a criação da Província do Cariri, contando nas suas justificativas com a natureza da região que protagonizou em diversos discursos que tratavam sobre o projeto de autonomia política regional. Os recursos naturais foram aqui associados ao progresso, sendo eles a fonte de toda a riqueza que se poderia alcançar com a atividade agrícola, apresentada como a principal indústria dessa região. Desse modo, as ideias projetadas na natureza, todo o discurso enaltecendor que idealizou as peculiaridades naturais da região caririense, refletem os diversos interesses em que estavam pautadas nessa relação entre o homem e a natureza.

CONCLUSÃO

A autonomia política da região, com a criação da Província do Cariri, embora tratasse de um projeto iniciado muitos anos antes da fundação do jornal *O Araripe*, foi sem dúvida a principal bandeira levantada nos editoriais do periódico. Os liberais cratenses pretendiam com isso maior representatividade na política provincial e nacional, obtendo assim maiores poderes para seu grupo. Entretanto, mesmo com tantos esforços, a província do Cariri não tornou-se uma realidade, ficando apenas no papel.

Todos os projetos pensados e desenvolvidos pelos liberais tinham como intuito demonstrar que possuía o Cariri, condições de tornar-se província, da mesma forma que, por outro lado, eles demonstravam que os melhoramentos que necessitava a região seriam resolvidos com a instituição da Província do Cariri, tendo em vista que uma administração mais presente na região resolveria todos os problemas existentes nos sertões do Ceará e das províncias vizinhas.

Nesse processo, a natureza foi protagonista, no qual os discursos apresentavam-na como justificativa para a criação da nova província, pois era por intermédio das peculiaridades naturais do Cariri que ela teria condições de prosperar e se desenvolver. Com o propósito de tal realização, foi constante a tentativa de apresentar a região como um espaço que se distinguia do seu entorno devido às condições naturais nele encontrado, construindo a ideia de um “oásis” no sertão, de uma região que servia de abrigo e de celeiro, assim como a visão de um espaço voltado para atividades agrícolas.

Portanto, esse discurso enaltecendor em torno das riquezas naturais e da paisagem da região, não era um discurso neutro. Os produtores do jornal projetaram suas ideias, todas elas com finalidades específicas, que relacionavam-se ao crescimento econômico e progresso regional, além do intuito de obtenção do poder e representatividade política com a instituição da Província do Cariri. As conotações que adquiriram a região nesse discurso político, que sempre apresentava a natureza como sinônimo de progresso, refletem uma série de interesses e objetivos de uma classe, demonstrando que o homem projeta ideias na natureza e que a relação estabelecida com esse meio natural é permeada por circunstâncias diversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

ALEXANDRE, Juciello Ferreira. *Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864)*. 2010. 245 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

ALVES, Maria Daniele. *Desejos de civilização: representações liberais no jornal O Araripe (1855-1864)*. 2010. 148 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Ceará – UECE.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CORDEIRO, Celeste. *O Ceará na segunda metade do século XIX*. In: SOUSA, Simone de. *Uma nova história do Ceará*. – 4ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

DRUMOND, José Augusto. *A história Ambiental: temas fontes e linhas de pesquisa*. In. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.4, nº8, 1991, p.177-197.

FIGUEIREDO FILHO, José de e PINHEIRO, Irineu. *Cidade do Crato*. Coedição secult/Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FIGUEIREDO FILHO, José de. *História do Cariri*. Vol. 1 (Capítulos 1-5). Coedições secult/Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. 2ª ed. Editora Hucitec: São Paulo, 1990.

NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução à História do Jornalismo Cearense*. Edição fac-similar. Fortaleza: NUDOC/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

OLIVEIRA, Almir Leal de. *A construção do Estado Nacional no Ceará na primeira metade do século XIX: Autonomias locais, consensos políticos e projetos nacionais*. In.: OLIVEIRA, Almir Leal de.; BARBOSA, Ivone Cordeiro (org.). *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilações de Leis Provinciais do Ceará. – ed. – Fac. simulada. Fortaleza: INESP, 2009.

PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental*. *Estudos Avançados* 24 (68), 2010.

PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Coedições Secult/Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

_____. *O cariri: seu descobrimento, povoamento, costume*. Coedição secult/Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. *Senhores e trabalhadores no cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX*. 2014. 302 p. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WILLIAMS, Raymond. *Ideias sobre a Natureza*. In: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: UNESP, 2011, p. 89-114.